

Mala Direta  
Básica

911020870001-63 – SE/RS  
APTAFURG



# SINDICATO NALUTA

JUNHO DE 2022 - ANO XVIII

## REGIMENTO ELEITORAL PARA A COORDENAÇÃO SINDICAL BIÊNIO 2023/2025

ELEIÇÃO PARA  
NOVA  
COORDENAÇÃO



o horário da eleição se dará das 08h  
às 21h por meio de sistema de  
votação on line

## ESTUPROS NO BRASIL – UMA REALIDADE

**Claudia Prates**, militante feminista da Marcha Mundial das Mulheres e integrante do Fórum Aborto Legal/RS  
**Luciana Dombkowsch**, advogada, professora, mestre em Direito e Justiça Social pela FURG, doutoranda em Políticas Públicas e Direitos Humanos pela UCPEL, militante feminista da Setorial de Mulheres do Psol de Rio Grande, integrante do Fórum Aborto Legal/RS.



Segundo o Anuário de 2022 do Fórum Nacional de Segurança Pública, em 2021 foram registrados 66.020 estupros consumados e 4.365 estupros tentados. Mesmo diante de evidente subnotificação dos casos, a ocorrência de pelo menos um estupro a cada 10 minutos no Brasil é assustador e, mais do isso, devastador.

Ainda segundo o Anuário de 2022, praticamente 90% das vítimas de estupro são mulheres, 76% são pessoas vulneráveis, 61% são menores de 14 anos e mais de 50% das mulheres são negras. Segundo dados do SUS de 2021, mais de 17 mil crianças de até 14 anos se tornaram mães no Brasil. Todas elas teriam direito ao aborto garantido por lei, pois sabemos que qualquer ato sexual nessa idade é estupro.

Dentre todos os agravamentos em saúde, física e/ou mental, decorrentes de violência sexual, está o resultado gravidez. A lei penal brasileira admite a possibilidade de interrupção da gravidez através do abortamento quando esta decorre de estupro, de estupro de vulnerável e de violação sexual mediante fraude.

Às mulheres e adolescentes, vítimas de violência sexual, ainda é assegurado o direito à prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual. Tendo em vista que a violência sexual atinge a saúde física, colocando as vítimas em risco de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, entre elas, o HIV, e a gravidez indesejada, devem ter acesso ao atendimento imediato, com a disponibilização de medidas de proteção, como a anticoncepção de

emergência e as profilaxias das DSTs, hepatite B e HIV, evitando danos futuros para a saúde da mulher.

O estupro, cometido 80% das vezes por pessoas conhecidas das vítimas, ocorre sempre que o ato sexual, tentado ou consumado, é contra a vontade da vítima ou, quando ela não teve as condições de dar o seu consentimento. Podemos dizer então, que todo ato sexual, tentado ou consumado, que ocorra por utilização de violência psicológica, uso de força física, ameaça, extorsão ou fraude, é estupro.

Também será considerado estupro quando o ato sexual, tentado ou consumado, for praticado por pessoas sem condições de manifestar seu consentimento. Este é o caso de crianças e adolescentes menores de 14 anos, pessoas com deficiência física e/ou mental e ainda, sob efeito de álcool ou outro tipo de drogas.

Assim, se desse estupro, resultar a gravidez, poderá a mulher ou a pessoa gestante recorrer a um dos serviços de assistência ao aborto legal no sistema de saúde brasileiro. Pois quando falamos de aborto estamos falando de saúde pública – uma necessidade urgente. A vontade da mulher deve ser respeitada quando ela decide buscar um serviço de aborto legal, e não tem nada a ver com quem é contra ou a favor.

Importante que reafirmemos que a realização do aborto previsto em lei não depende de decisão judicial, bem como, não se condiciona ao Boletim de Ocorrência Policial. É a palavra da mulher que importa. Atualmente, segundo a Secretaria da Saúde

do Rio Grande do Sul, sete serviços já estão cadastrados como referência para realizar o aborto legal no Estado

A existência de barreiras de acesso para o atendimento das mulheres que recorrem ao aborto previsto em lei, assim como qualquer empecilho para o tratamento de complicações decorrentes de um aborto espontâneo ou induzido, devem ser tratados como violações dos direitos sexuais e reprodutivos, e, por consequência, **violação de direitos humanos das mulheres**.

O movimento feminista tem insistido junto aos serviços de atendimento ao aborto legal que as mulheres precisam ser acolhidas, escutadas e atendidas com dignidade e sem julgamentos. E o que é de suma importância, sigilo médico-paciente se aplica a todas e todos os profissionais que estiverem atendendo estas mulheres.

O Fórum Aborto Legal do Rio Grande do Sul é um conjunto de organizações da sociedade civil, representação de serviços e de profissionais da assistência e de universidades, que trabalha pela garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. O Fórum é um espaço de discussão sobre a temática do aborto previsto na legislação brasileira, com o objetivo de criar estratégias que assegurem o exercício desse direito às mulheres. É possível conhecer os serviços disponíveis através do site do Fórum.

### Para saber mais:

<https://forumabortolegalrs.wixsite.com/site>  
<https://linktr.ee/forumabortolegalrs>

## EDITORIAL

# ELEIÇÕES SINDICAIS PARA A NOVA COORDENAÇÃO APTAFURG/SINDICATO, UMA HISTÓRIA DE PROTAGONISMO

**D**ia 14 de julho teremos as eleições para a nova Coordenação da Aptafurg/Sindicato. A eleição será online e terá sua duração das 8 horas até as 21 horas do respectivo dia. Neste momento sempre é bom a categoria fazer uma reflexão a respeito do seu movimento sindical. Sua importância na luta para a classe trabalhadora, em especial seu setor que atua no interior do Estado Brasileiro. Ainda que aparentemente possa expressar mais uma “simples” eleição, na verdade está muito longe disso. Sua importância é central na luta por melhores condições de trabalho e melhores salários.

Vejam. A relação do movimento sindical com a democracia é direta. Não é possível estabelecer um regime democrático sem que o direito à sindicalização exista. O inverso é verdadeiro, não é possível o desenvolvimento do movimento sindical sem que haja um ambiente democrático. Democracias e sindicatos são faces de uma mesma moeda. Um se alimenta do outro.

Por que isto? Pelo fato de que o conflito capital/trabalho é o centro nervoso de todo o sistema social vigente. A luta, o cabo de guerra entre estas duas forças sociais (capital/trabalho) definem a conjuntura em seu movimento permanente, e até mesmo define estruturas de todo o modelo societário capitalista.

Basta observarmos que os salários quando estão em ascensão expressam um avanço da democracia (liberal, evidente) onde as condições de vida da classe trabalhadora melhoram bastante (vide momento histórico das gestões petistas). Quando a correlação de forças entre capital e trabalho (proletários versus burguesia) pende para a direção da burguesia, o primeiro impacto é justamente a queda dos salários e a piora nas condições de vida da classe trabalhadora (nós, técnica(o)s estamos incluídos nesta classe, não nos esqueçamos!!). Todo o sistema social capitalista se assenta no processo de exploração da força de trabalho pelo capital, por isso sua importância central.

Este processo (mudança na correlação capital/trabalho), expressa, por sua vez, uma mudança na

orientação política/econômica no interior do Estado Capitalista. E aqui o argumento chega justamente em nós: categoria técnica administrativa em educação. A relação capital/trabalho a depender para onde vai o pêndulo, técnicas e técnicos administrativos em educação poderão ter seus salários rebaixados, bem como suas condições de trabalho precarizadas. O que ocorreu justamente no período da gestão do Estado pela extrema direita (2016/2022).

Tudo dependerá da luta sindical, do fortalecimento do movimento sindical. Um movimento sindical forte é a garantia de luta pelo permanente processo de redemocratização de instituições oligárquicas (como são as academias); uma Aptafurg forte é a garantia de uma luta permanente contra os assédios morais e sexuais; uma Aptafurg forte é a garantia de luta permanente contra todas as políticas liberais implementadas pelas “Gestões Superiores”; uma Aptafurg forte é a garantia de uma maior republicanação do poder político no interior das instituições, desativando a relação de subordinação do trabalho técnico ao trabalho docente.

Para fecharmos este breve editorial, lembremos que as “eleições” para mudança no comando da academia foi levada a cabo justamente pelos movimentos sindicais, Aptafurg/Sindicato e Aprofurg/Andes (aqui com a presença ativa do movimento estudantil). Lembremos: pela legislação conservadora e oligárquica, o poder político das academias jamais se submeteu a eleições. Recordemos o artigo 56 da lei 9394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, que estabelece institucionalmente o poder oligárquico nas instituições responsáveis pela educação superior no Brasil (todo o poder à 70% do trabalho docente).

Portanto, técnico e técnica administrativa, no dia 14 de julho vote consciente da importância de seu sindicato. Quando tudo piorar é o seu sindicato que estará ao seu lado, e mais ninguém. Se tu, técnica e técnico, não é filiada(o), O QUE ESTA ESPERANDO PARA SE FILIAR?

# ELEIÇÃO PARA NOVA COORDENAÇÃO DA APTAFURG ACONTECE DIA 14 DE JULHO

Pelo presente, conforme disposições previstas no Título V do Estatuto Social vigente, ficam convocados todos os associados do Sindicato dos Técnicos Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no Município do Rio Grande/RS (APTAFURG) a participarem da eleição de composição da Coordenação Sindical, bem como dos respectivos suplentes para a gestão 2023 - 2025.

A eleição será realizada no dia 14 de julho das 8h às 21h.

A partir de decisão aprovada em Assembleia Geral de abertura do processo eleitoral (ocorrida em 04/05/2023), restou decidido que o processo de votação e de apuração dos votos ocorrerá na Plataforma digital previamente contratada e constituída pela Comissão Eleitoral. Os eleitores receberão as devidas instruções para a votação, através de seus contatos de e-mail e/ou WhatsApp.

Os procedimentos eleitorais regulam-se nos termos das disposições previstas no Título V do estatuto social vigente.

## Chapas inscritas

A Comissão Eleitoral constituída com a finalidade de coordenar as eleições para a Coordenação da APTAFURG informa que, encerrado prazo para inscrição de chapas previsto no Regimento Eleitoral, foram inscritas duas chapas cujos nomes e nominatas (em ordem alfabética) divulgamos abaixo na ordem temporal em que foram realizadas as inscrições:

### CHAPA

## RESISTIR AO FASCISMO

- 1) ADRIANA GOMES FEIJÓ OLIVEIRA – HU
- 2) ALBERTO CARLOS DE SOUZA CAMPOS – IO
- 3) ANA MARIA PORTO COUSIN – Aposentada
- 4) BERENICE COSTA BARCELLOS – HU
- 5) CARLA ISABEL DE OLIVEIRA MARINHO E SILVA – PRAE
- 6) CARLA MARINA FARIA DA ROCHA – HU
- 7) CARLOS EDUARDO PEREIRA DE QUADROS – ICHI
- 8) CAROLINA PONTES LEONETTI – IE
- 9) ELIANA DE FREITAS PEREIRA – Aposentada
- 10) EVERTON DA SILVA FLORES – C3
- 11) EVERTON LUÍS DE ALMEIDA PORCIÚNCULA – PROINFRA
- 12) GINO FEIJÓ POHLMANN – PROINFRA
- 13) LARA NASI – SECON
- 14) LIANE ORCELLI MARQUES – PROGRAD
- 15) RENATO ZACARIAS SILVA – ICB
- 16) SOLEDAD BECH GAIVIZZO – PRAE/Santo Antônio da Patrulha

### CHAPA

## UNIR

- 1) ALESSANDRO MORALES EBERSOL – ILA
- 2) ALTEMIR VIANA – PROGEP
- 3) DENISE GIESTA PINHO – Aposentada
- 4) DIONICE DIAS FERREIRA – HU
- 5) IRACEMA MAGLIONE MARTINS – HU
- 6) EDAIANE BARROS – HU
- 7) JEAN GUILHERME FLORENTINO CORRALES – PROGRAD
- 8) JOSÉ ALBERTO CORRÊA COUTINHO – Aposentado
- 9) LUCAS ORTIZ DA SILVEIRA PORTO – ICEAC
- 10) MARIA DA GRAÇA DA SILVA AMARAL – Aposentada
- 11) NEIDE DA SILVA CUNHA – Prefeitura Universitária
- 12) NEIZA MARIA DOS SANTOS AVILA – HU
- 13) PATRICK MATOS FREITAS – PROPLAD
- 14) RAFAEL DE CARVALHO MISSIONAS – SIGA
- 15) RITA DE CÁSSIA ANDRADE LOUZADA – FADIR
- 16) VINÍCIUS LISBOA NUNES – Prefeitura Universitária

## DIA DAS MÃES PARA MULHERES NEGRAS



**Bruna Rodrigues** - Deputada Estadual no Rio Grande do Sul

Maio é o mês das mães. E é também o mês que marcou a “abolição da escravatura” no Brasil. E o que tudo isso representa para as mães negras? O resquício cruel da escravidão que ainda nos assombra no cotidiano. Esse é um período em que a maternidade é extremamente romantizada. Só que o meu materno não foi nada romântico: convivi com fome durante a gestação, a violência obstétrica e tive que voltar cedo ao trabalho para poder sobreviver. E eu sei que essa é uma realidade de tantas outras mulheres negras das nossas comunidades e periferias.

Se perguntarmos para as mães de periferias quais seriam seus melhores presentes para o Dia das Mães as respostas seriam: uma vaga na creche para o filho, um salário digno para todas as mulheres, principalmente àquelas que travam individualmente o cuidado com uma

criança, o fim da violência de gênero e doméstica e a luta pela independência financeira – tudo para que a maternidade possa ser segura e feliz.

A maternidade traz uma sobrecarga inestimável às mulheres, que muitas vezes precisam abrir mão do mercado de trabalho e do estudo principalmente quando falta vaga em uma instituição de ensino para a criança. Ter creche garantida vem ao encontro da emancipação para as nossas mulheres, principalmente as mães negras de periferias. A educação infantil é um direito constitucional das crianças de 0 a 6 anos e de suas famílias, ratificado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na Assembleia Legislativa instituímos a Frente Parlamentar pela Garantia da Vaga nas Creches já que 52% dos municípios do Estado têm fila de espera. Nas cinco maiores cidades do Rio Grande do Sul

(Porto Alegre, Caxias do Sul, Canoas, Pelotas e Santa Maria) a fila de espera ultrapassa 12,6 mil vagas.

Essa é apenas uma das pontas dessa discussão tão urgente: quando falamos em acesso à políticas de prevenção, precisamos olhar o que aponta a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, que em 2008 apontou que duas a cada cinco mulheres negras acima dos 40 anos sequer tinham feito um exame de mamografia na vida.

Refletir sobre essas questões às vésperas do Dia das Mães é fundamental para que possamos construir experiências de maternagem que não sejam violentas, que não adoeçam e matem nossas mães e que deem condições de acesso ao básico: emprego, renda, educação, saúde e tantas outras políticas públicas que são essenciais para quem pode e merece ter uma maternidade segura e feliz.

### JURÍDICO

#### VITÓRIA DA APTAFURG - RESSARCIMENTO DE DESCONTOS INDEVIDOS

Recentemente o sindicato, através da sua assessoria jurídica, obteve vitória em duas ações coletivas, inicialmente propostas em 2006.

O Poder Judiciário reconheceu o direito dos servidores à devolução de contribuições previdenciárias indevidamente retidas sobre algumas vantagens, como terço de férias, adicionais de insalubridade, periculosidade e raio-x.

Não cabe mais recurso nestes processos, de modo com que agora o sindicato irá promover a cobrança individualizada para cada um destes beneficiários.

Fique atento e procure o sindicato para saber se você está entre os beneficiários desta ação judicial!

## Vitória da APTAFURG!

**Direito ao ressarcimento de descontos indevidos:** por meio da luta da APTAFURG Sindicato e da sua assessoria jurídica, os técnicos administrativos em educação obtiveram vitória definitiva em dois processos judiciais coletivos iniciados em 2006.

# LUTA CONTRA O ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

**Maria Cristina Carvalho Juliano** - Graduada em Direito, Mestre e doutora em Educação Ambiental pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande Foi coordenadora do Projeto Rede Família: Garantindo o Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar.



No último dia 18 de maio fez cinquenta anos que um crime bárbaro chocou todo o país e ficou conhecido como o “Crime Araceli”. Esse era o nome de uma menina de apenas 08 anos de idade que foi raptada, drogada, estuprada, morta e carbonizada por jovens da classe média alta da cidade de Vitória - ES. Ariceli é o símbolo da luta contra o Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

O abuso e a exploração sexual são manifestações da violência sexual. Esta pressupõe o abuso do poder pelo qual crianças e adolescentes são usados para gratificação sexual de adultos, sendo induzidos ou forçados a práticas sexuais.

Muito se avançou desde aquele ano de 1973, convivíamos na época com um arcabouço legal da doutrina da situação irregular, onde crianças e adolescentes eram objetos do processo, devido as ditas na época, patologias sociais - delinquência ou abandono. Os pobres eram atendidos na Vara de Menores e os da classe média e rica atendidos nas Varas de Família. Com a CF de 1988, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, elevamos este segmento a sujeito de direitos e avançamos na implantação de políticas públicas que sustentassem a doutrina da proteção integral. Surgiram os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, Delegacias, Promotorias e Varas especializadas da Criança e do Adolescente. Hoje quando ocorre o abuso, a violência, a exploração existe políticas públicas e uma rede de proteção para fazê-lo

cessar e dar suporte as vítimas. Precisamos avançar para a proteção efetiva de nossas crianças e adolescentes, para prevenção.

O abuso e a exploração sexual ocorrem cotidianamente no Brasil. E estão expostos nos noticiários, como no caso noticiado pela Agência Brasil, no dia 18 de março de 2023 uma operação da Polícia Federal em Boa Vista para prender suspeitos de participar de uma organização criminosa que recruta e explora sexualmente mulheres e adolescentes em garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. O crime era articulado por meio de perfis falsos nas redes sociais. Como chegavam em condições precárias, as vítimas eram exploradas sexualmente para pagar dívidas, que poderiam passar de R\$ 10 mil. Entre as cobranças estavam transporte, alimentação e moradia, pensadas para impedir que as mulheres quitassem as dívidas e deixassem o local. Elas chegavam a fazer, sob ameaça dos criminosos, até 15 programas por noite. Um crime inadmissível em pleno século vinte, mas que representa com exatidão os retrocessos advindos dos governos Temer e Bolsonaro que com congelamento de recursos, promoveram um desmonte de políticas públicas da área social.

A violência sexual é atribuída a uma série de fatores sociais, culturais e econômicos. Importante frisar que na luta contra o Abuso e a Exploração Sexual temos que aceitar que a nossa sociedade é machista e patriarcal. A porcentagem de vítimas do sexo feminino entre os casos denunciados ao Disque 100 foi

de 71,8%. Já nos casos notificados ao Sistema VIVA/SUS, a porcentagem de crianças e adolescentes do sexo feminino foi de 83,5%. A violência sexual contra crianças e adolescentes está relacionada à questão de gênero e deve ser amplamente discutida e enfrentada em todos os espaços no ambiente escolar, na saúde, na igreja, na família, na comunidade, pois necessitamos de uma mudança cultural e estrutural no sentido de contrapor a ideologia machista, para não continuarmos secando gelo.

Denuncie o abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes, Disque 100. A denúncia será analisada e encaminhada aos órgãos de proteção, defesa e responsabilização em direitos humanos, respeitando as competências de cada órgão.

## UM POEMA DE KAROLA LOBO

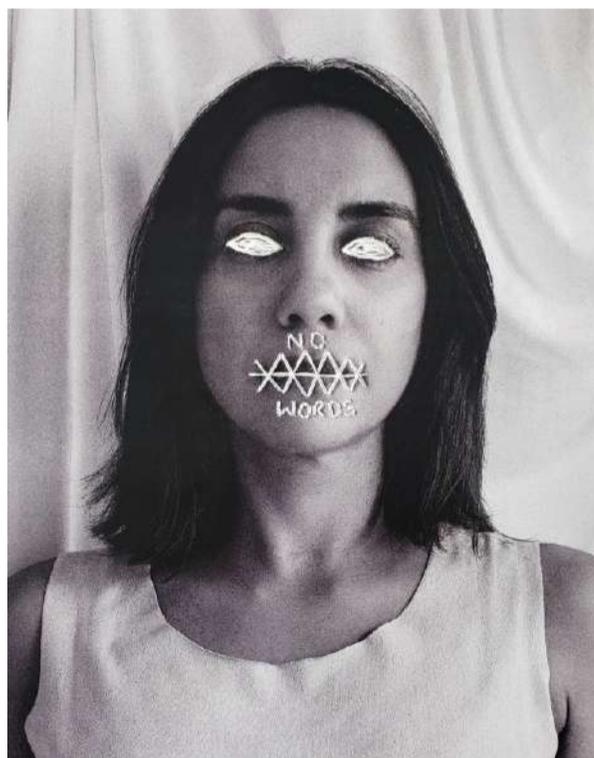
em **Zine Marítimas** | vol.08: Monstera

### Ensaio para o uivo

Assina aqui  
aqui  
embaixo  
no corte  
na cicatriz  
da vida  
na pelvis  
ferida  
Assina, vai  
deixa a sua marca  
Feroz  
Sangrando  
eu rasgo  
seu nome  
costuro e como  
salivo  
escarro  
a dor e  
o uivo

## JANAINA VIEIRA

em **Zine Marítimas** | vol.08: Monstera



#### Sobre as autoras:

##### Karola Lobo | IG @karolalobo

Sobrevivente de uma depressão pós-parto. Mestre em Artes da Cena, mora em Taubaté, onde fundou a Produtora *Flor Filmes* e dirigiu o premiado DUDA, curta de terror inspirado nos seus diários do puerpério. Criou o clube do livro *Elas Reveladas* e a *Escola de Cinema* para jovens de escolas públicas do Vale do Paraíba. Seu primeiro livro de poemas, *barba azul Decapitado*, está em edição pelo Selo Auroras (Penalux).

##### Janaina Vieira IG @cria\_atelier

Bióloga, fotógrafa, criadora e criatura do *Cria Atelier*. Uma artista que dança com as palavras e com as linhas. Natural de São Paulo/SP.

**Zine Marítimas** é, mais que uma revista, uma rede de arte e literatura feita por mulheres. **Leia gratuitamente em:** [www.zinemaritimas.blogspot.com](http://www.zinemaritimas.blogspot.com)  
IG: @zine.maritimas

# PROCUSTO NAS VIDAS LGBTQIA+: DISCRIMINAÇÃO E INSUSTENTABILIDADE DA SUSTENTABILIDADE

**Renato Zacarias Silva** - Biólogo, Doutor em Oceanografia Biológica, Técnico Administrativo em Educação - Zoologia

Somos uma espécie muito intrigante. Segundo a Antropologia, nossos ancestrais proto-humanos conseguiram existir e evoluir para o que (e quem) somos hoje graças ao surgimento, aprimoramento e seleção de aspectos nobres como a **linguagem** e a **empatia**. Estas duas características permitiram aos proto-humanos que ambas se reforçassem mutuamente, através da troca de experiências, de tecnologias e do compartilhar de culturas pela socialização. Este cenário fortaleceu nossos proto-humanos como um grupo coeso de frágeis primatas humanoides (sem grandes avanços tecnológicos) diante de predadores com armas biológicas muito mais eficientes do que os nossos modestos dentes e unhas. Cuidar, zelar e respeitar uns aos outros como um coletivo, aparentemente, fez toda a diferença para chegarmos até aqui como espécie. Sem a empatia da ancestralidade Humana, estaríamos extintos há muitos milhares de anos.

Mas parece que algo se perdeu no percurso, desde os tempos proto-humanos, até a contemporaneidade. O avançar da **humanidade** rumo a atual **Sociedade do Conhecimento** (ou **Sociedade das Tecnologias da Informação**) parece demonstrar que o **Saber** não faz evoluir civilizatória e civilizadamente. Nosso acúmulo de saber e das dolorosas e deletérias vivências étnico-sociais (guerras) que tivemos (e temos) para as liberdades e direitos conquistados, histórica e cientificamente, se prestam muito bem no papel e (na prática) para poucos. Esta mesma sociedade vocifera aos ventos e aos quatro cantos do mundo sobre a importância da **inclusão** e da **tolerância** (nas suas diversas dimensões). Em contrapartida, o quadro geral desta sociedade do “conhecimento” mostra enorme regresso sobre os direitos sociais e humanos, que se refletem no aumento do racismo, da intolerância generalizada, da misoginia, do machismo e masculinismo e, conseqüentemente, da LGBTQIA+fobia. A empatia (importante agregador e protetor social) parece esmaecida, desbotada, anêmica na nossa sociedade. Temos avanços tecnológicos e científicos surpreendentes como, ir para a Lua, vasculhar a superfície de Marte, aprimorar a agricultura, investigar as profundezas dos oceanos, desenvolver medicamentos e vacinas... Tudo isto é lindo! Mas o panorama mostra que todas estas conquistas científicas não reforçaram os processos empáticos e civilizatórios da nossa espécie e que o tecido coeso social se desfaz diante de nossos olhos.

Mais além, a ciência mostra que a **sustentabilidade do planeta** depende de muitos fatores, tais como, do respeito à **pluralidade** e à **diversidade individual e coletiva** (étnica, racial, social, cultural), do direito à saúde, da erradicação da pobreza, do empoderamento feminino, dos direitos de existência e permanência, do respeito aos

direitos humanos, da superação da injustiça social, da dimensão socioambiental em contraposição às relações de dominação e exploração, do respeito à diversidade sexual para o desenvolvimento da Cidadania Planetária. Nossa “sociedade do conhecimento” está pronta para aquilo diz serem as bases da sustentabilidade? Os tópicos discriminados apontam para um tênue verniz do discurso social inclusivo, mas que respinga com tons aberrantes, dolorosos, deletérios, antipáticos, violentos e antissustentáveis sobre a pluralidade e diversidades humanas, em especial sobre os LGBTQIA+. As atitudes segregacionistas, moduladoras, assediadas e antissustentabilidade que tentaram (e ainda tentam) homogeneizar os comportamentos das variáveis naturais da sexualidade Humana (em suas infinitas expressões) estão dentro do **Espectro de Procusto**, que representa a intolerância do ser humano sobre seu semelhante. Mas quem foi esta figura mitológica arquetípica? Procusto era um bandido que vivia numa floresta, na Serra de Elêusis. Ele possuía uma cama de ferro (que tinha o tamanho exato do seu corpo) e convidava, hospitaleiramente, os viajantes que passavam por perto da sua casa a se deitarem nela para descansar. Os hóspedes, se fossem maiores do que a cama eram, torturantemente, amputados nas proporções que sobravam e aqueles menores eram esticados até o tamanho da cama. Mas as vítimas nunca se ajustavam a cama dele. Ele tinha, secretamente, outras duas camas de tamanhos diferentes e as usava de acordo com suas necessidades de ajustar seus hóspedes aos seus moldes. Todavia, o herói ateniense Teseu (em sua última aventura) capturou Procusto e o submeteu ao seu próprio suplício de ajuste as suas camas, por fim, cortando sua cabeça e pés.

Então, quando os LGBTQIA+ podem se deparar com Procusto em suas vidas? Em diversas atitudes e falas daqueles que estão perto, que fazem (ou não) parte de suas vidas em assédios constantes, mutiladores e humilhantes que depõem contra a liberdade identitária em seus pluralismos. Quem dentro dos LGBTQIA+ nunca passou por situações de (des)tratamento, como segue: Você poderia ser mais discreto... É desnecessário vocês demonstrarem afeto em público... Nossa! Como você é afeminado!... Onde você comprou esta roupa não tinha para homem?... Enquanto viver sob o meu teto e comer da minha comida vai se comportar como eu quero!... Sabe porque você apanhou? Porque você dá muita pinta!... Aqui não é lugar para viado!... Meninas vestem rosa e meninos vestem azul... Estas verbalizações (e ações) são a pura manifestação do **assédio moral** constante contra os LGBTQIA+. Mas o verbo (a linguagem) representa a manifestação consciente de uma projeção atitudinal materializada e que coloca (ou

tenta colocar) os LGBTQIA+ novamente nos guetos do passado, na marginalidade social, sob Procusto. Como a sociedade “Procustinizadora” coloca os LGBTQIA+ nestes guetos? Por exemplo, negando seu acesso ao progresso de formação profissional quando um professor universitário não quer orientar um pós-graduando LGBTQIA+ pois ele não se encaixa no perfil de pessoa que o professor quer em sua equipe; dificultando o acesso dos LGBTQIA+ a uma vaga de concurso público para docente universitário quando a banca de avaliação, antieticamente, lhe dá notas (nas Provas e Títulos) inferiores àquela dos candidatos heterossexuais menos qualificados; quando se quebra uma lâmpada fluorescente no rosto de um cidadão LGBTQIA+ enquanto ele passeia por uma avenida negando seu direito de ir e vir (e existir); negando seus **Princípios e Objetivos da Sustentabilidade quanto à Diversidade de Gênero e de Identidade Sexual**.

E quem pode representar o Teseu nestes contextos? As Políticas Públicas. *A priori*, o ideal é ter em mente este **Teseu** como **não-Taliônico** (fora do contexto “olho por olho, dente por dente”). As políticas públicas não estão (ou são) para amputar ou esticar a sociedade não-LGBTQIA+ para os moldes de uma cama de ferro LGBTQIA+. Na esfera pública, há exemplos importantes do reconhecimento dos direitos civis dos LGBTQIA+ para o resgate da dignidade, da cidadania e convivência, abrindo caminhos na educação (cotas para pessoas Trans no Ensino Superior), na saúde (Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; Processo Transsexualizador do Sistema Único de Saúde – SUS na modalidade ambulatorial e acolhimento), civil (direito a adoção e ao casamento civil; pensão por morte de cônjuge homoafetivo; declaração de conjuge homoafetivo como dependente no plano de saúde e no imposto de renda), dentre outros. As políticas públicas existem para conscientizar e incentivar a tolerância, elucidando a sociedade que não há necessidade de moldar o outro de acordo com seu umbigo social. Isto porque tememos aquilo que não conhecemos. Quando conhecemos, não temos medo do infundado espelhamento do “diferente” do outro no meu ser, porque o “diferente” não é diferente, ele simplesmente é! Infelizmente, muitas vezes (ou na maioria delas) as políticas públicas têm que ser aplicadas como um **Teseu Taliônico**, fazendo valer os direitos LGBTQIA+ em batalhas judiciais, buscando atingir aquela máxima da nossa **Constituição Cidadã de 1988: todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei**.



**SINDICATO NALUTA**

O Jornal Sindicato na Luta - veículo de comunicação da Associação do Pessoal Técnico-Administrativo da FURG (APTAFURG) - tem distribuição gratuita e dirigida.

## EXPEDIENTE

### ENDEREÇO

Rua Padre Nilo Gollo, 76,  
São Jorge, Rio Grande RS.  
Tel.: (53) 3230-2284/3230-5417  
Whatsapp: (53)98428-5716  
(53)98428-5688  
Email: aptafurg@aptafurg.org.br

### COORDENAÇÃO GERAL

Celso Luis Sá Carvalho  
Maria de Lourdes Fonseca Lose  
Rafael Missiunas

### COORDENAÇÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA

Lara Nasi  
Maria de Lourdes Fonseca Lose  
Carlos Eduardo Pereira de Quadros

### JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Marcio Vieira Oliveira- Mtb. 9258  
Tel.: (53) 9945-8125  
marcioliveira2000@yahoo.com.br

### DIAGRAMAÇÃO:

Editora Casaletras - contato@casaletras.com

**IMPRESSÃO:** Gráfica Uma

**TIRAGEM:** 1.000 exemplares